

## O Uso da Mudança de Código nas Relações de Sujeitos Surdos

Florência N. Secreto<sup>1</sup>; Ivani R. Silva<sup>2</sup>

1. Fonoaudióloga em especialização na área de Neurologia Infantil da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP/ [florenciasecreto@gmail.com](mailto:florenciasecreto@gmail.com)

2. Docente do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP

Palavras Chave: *bilinguismo, code-switching, code-concurrency.*

### Introdução

No Brasil, até aproximadamente até 1970, a educação do surdo estava atrelada principalmente a oralização, já que estes sujeitos eram vistos como *sujeitos semilíngues* e a língua oral era vista como a entrada do surdo na sociedade. Apenas recentemente como consequência do Decreto 5626<sup>1</sup>, de 2005 a LIBRAS passou a ser vista como meio de comunicação/ expressão do surdo dando maior visibilidade a esse grupo e possibilitando se pensar o ensino bilíngue para surdos, mesmo dentro de escolas regulares. Com isso, há a ressignificação do sujeito surdo na sociedade.

Desta forma o aluno surdo passa a ter estatuto de sujeito bilíngue e fazer parte de grupos denominados de “minorias linguísticas”. Assim a Educação Bilíngue do sujeito surdo parte do pressuposto que a primeira língua é a LIBRAS e a segunda língua o português, seja este na modalidade escrita ou oral.

Isto posto, nota-se que o falar bilíngue está relacionado ao contexto sociopsicolinguístico complexo em que o sujeito surdo convive com essas línguas, de forma, não harmoniosa. Diferentes formas discursivas podem fazer com que a outra língua (do bilíngue) seja trazida para interação de várias maneiras. Duas destas maneiras que aqui interessam entre o português e a LIBRAS é o *codeswitching* em que as línguas são utilizadas alternadamente, e o *codeconcurrency* quando as línguas são utilizadas forma superposta.

Tendo em vista os aspectos acima esta pesquisa visa observar a comunicação de sujeitos surdos com diferentes indivíduos de seu círculo de convivência (pessoas surdas e ouvintes).

### Resultados e Discussão

Para a obtenção dos dados foram reunidos os participantes (surdos e ouvintes) em atividades que foram filmadas e posteriormente transcritas.

Como visto nos registros a pesquisa constatou que os sujeitos fazem uso em muitos momentos de língua oral e LIBRAS concomitantemente (*codeconcurrency*) e intercaladamente (*codeswitching*) para poder se fazer melhor entendido em relação a um interlocutor ouvinte. A seguir o excerto de uma atividade em que a aluna surda bilíngue deveria contar a história que leu à professora sem conhecimento de LIBRAS.

Figura 1- Gestos de “coração” comumente conhecido



Além destes aspectos, foi interessante notar que nesta parte da conversa lançou-se mão do uso de gestos comumente conhecidos, no caso “coração” com o intuito de deixar a comunicação mais eficaz:

Em relação à conversa com outros interlocutores surdos, esta se baseou essencialmente em LIBRAS. Atentou-se também ao uso de “empréstimos” do Português realizados pelos sujeitos em sua conversação, já que a LIBRAS, como qualquer outra língua, tem um funcionamento gramatical próprio e é socialmente constituída. Observa-se isto na palavra “família” em que há o uso da letra F transcrita em uma das conversações:

Figura 02- Sinal de “Família” em LIBRAS



### Conclusões

Através dos achados concluímos que o sujeito surdo lança mão de diferentes estratégias em suas conversas com interlocutores surdos e ouvintes tendo em vista sempre a eficácia desta comunicação. Confirmou-se que estas estratégias variam conforme o contexto sociopsicolinguístico em que ocorre essa comunicação.

### Agradecimentos

Agradeço a Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP pela oportunidade de realização da pesquisa durante a minha graduação e à minha orientadora Ivani R. Silva pela orientação durante todo o processo.

<sup>1</sup>BRASIL. Decreto n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 22 de dezembro de 2005.